



LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

O primeiro do Brasil

Assessoria Especial de Planejamento do Ministério da Defesa

Livro Branco de Defesa Nacional

O que é

Conceito surgiu no Reino Unido (White Paper).

Documento oficial de um governo com a finalidade de expor uma nova política à sociedade.

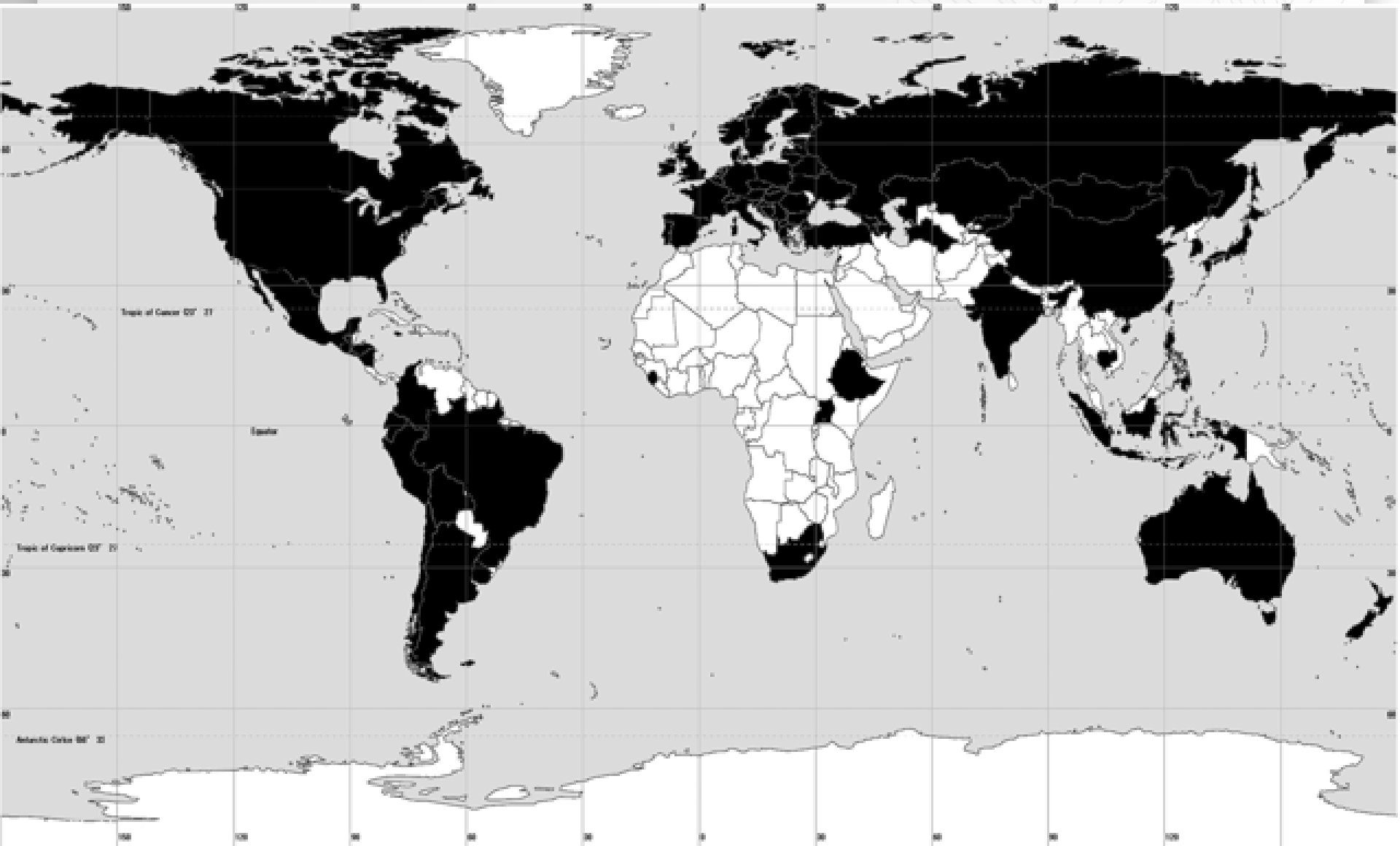
Também pode ser empregado por outras esferas do Governo, para divulgar informações sobre tais áreas.

Documento público, que descreve o contexto amplo da política e estratégia para o planejamento da Defesa, com uma perspectiva de médio prazo.

De fundamental importância para a política, pois oferece a visão do Governo a respeito da Defesa.

Livro Branco de Defesa Nacional

Livro Branco no mundo



Livro Branco de Defesa Nacional

Pontos Fundamentais

- Propicia transparência e confiança entre Estados.
- Permite melhor conhecimento sobre a temática militar por parte da sociedade.
- Contribui para o incremento da participação da sociedade nos assuntos de Defesa.
- Propicia a ampliação do conhecimento sobre as instituições militares por parte de seu próprio efetivo.

Livro Branco de Defesa Nacional

Pontos Fundamentais


Estimula a discussão sobre temas de Defesa no âmbito da administração federal, do Parlamento e no meio acadêmico.

Reforça o conceito de que “Defesa” é um assunto de interesse de todo cidadão.

Presta contas à sociedade.

Livro Branco de Defesa Nacional

Antecedentes

 NOV/2002: Resolução 829 do Conselho Permanente da OEA pela adoção das “Diretrizes para a Elaboração de Documentos sobre Políticas e Doutrinas Nacionais de Defesa (Livros Brancos)”.

Programa de Medidas de Fomento
de la Confianza y de la Seguridad



Departamento de Asesoría de Defensa / Subsecretaría de Defensa Especial

Lineamientos Básicos para la Elaboración de Libros Blancos de Defensa






Centro Regional de las Naciones Unidas para la Paz,
el Desarme y el Desarrollo en América Latina y el Caribe

Introdução:

“Os países das Américas identificaram a elaboração e o compartilhamento dos Livros Brancos de Defesa Nacional como um mecanismo útil para o fortalecimento da confiança e para a promoção da segurança no hemisfério.”


Livro Branco de Defesa Nacional

Antecedentes

-  NOV/2002: Resolução 829 do Conselho Permanente da OEA pela adoção das “Diretrizes para a Elaboração de Documentos sobre Políticas e Doutrinas Nacionais de Defesa (Livros Brancos)”.
-  AGO/2010: Sancionada LC 136, que altera LC 97, determinando a elaboração do LBDN.
-  FEV/2011: Decreto 7.438 determina a estruturação do LBDN, estabelecendo princípios e diretrizes, e institui GT Interministerial para elaborar estudo para a sua confecção.

O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

 MAI/2011: Contrato com FGV para prover suporte acadêmico às atividades necessárias e à organização das Oficinas Temáticas e Workshops.

 O Estado Brasileiro, Identidade e Defesa Nacional

 O Ambiente Estratégico para o Século XXI

 A Defesa e o Instrumento Militar

 Defesa e Sociedade

 A Transformação da Defesa

 Economia da Defesa

O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

Oficinas Temáticas:

- Discussão e produção do texto base.
- 6 oficinas com duração de 3 meses.
- 15 pessoas/oficina: Civis e militares convidados, representantes dos Ministérios, das FFAA, da ESG, do meio acadêmico, de setores ligados à Defesa e especialistas.
- 4 reuniões/oficina e trabalhos em rede.

O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

Seminários:

Abertos: divulgação das questões relacionadas à Defesa e Livro Branco.

Público-alvo: professores, alunos de graduação e pós-graduação, representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, empresários, políticos, profissionais liberais e militares.

6 eventos: Campo Grande (MS), Porto Alegre (RS), Manaus (AM), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ) – internacional – e São Paulo.



O Desenvolvimento dos Trabalhos

2011 e 2012

Outras atividades:

- Reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial.
- Reuniões do Grupo de Trabalho do MD.
- Mesas Redondas: MD, MRE e FGV.
- Oficinas complementares, de curta duração, para temas específicos.
- Entrevistas com personalidades ligadas à Defesa.
- Concurso de trabalhos sobre temas associados.
- Site específico: divulgação e contribuições.



LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

FAQ Contato

Oficinas Temáticas

Workshop de Defesa

Seminários

Grupo de Trabalho Interministerial

Indústria de Defesa

Orçamento de Defesa

Legislação de Defesa

Países com Livro Branco





Sites de Interesse

Notícias sobre o Livro Branco



O Desenvolvimento dos Trabalhos

2012 e 2013

-  JUN/2012: Analisado pelo MD e encaminhado à PR.
-  JUL/2012: Enviado à apreciação do Congresso Nacional.
-  MAR/2013: Aprovado no Plenário do Senado.
-  SET/2013: Decreto Legislativo nº. 373, aprova o LBDN.



LIVRO BRANCO de Defesa Nacional

Brasil — 2012

MENSAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

É com satisfação que meu Governo apresenta à sociedade brasileira o Livro Branco de Defesa Nacional, marco de transparência nos assuntos de defesa, por meio do qual nossas cidadãs e nossos cidadãos poderão conhecer as ações do Estado nessa área, bem como os desafios do País para aprimorar sua Defesa nas próximas décadas.

O engajamento civil é indispensável para a construção de um Brasil soberano e democrático. O Livro Branco de Defesa Nacional amplia o acompanhamento dos temas militares pelo conjunto da sociedade, ao apresentar as potencialidades e as necessidades de nossa Defesa ao debate público.

A publicação deste Livro é mais um passo no processo de consolidação da liderança civil e do pleno conhecimento dos assuntos da Defesa pela sociedade. Ele se soma à criação do Ministério da Defesa e, mais recentemente, à instituição do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, como órgão a ele subordinado, como importantes momentos de avanços institucionais na área de Defesa. O Livro Branco de Defesa Nacional é mais um fruto da evolução democrática do Brasil.

A elevação da estatura internacional do Brasil no século XXI já é uma realidade. Um Brasil plenamente desenvolvido e com presença externa cada vez maior necessitará de adequada capacidade militar dissuasória. Empenhado na construção de uma ordem global mais pacífica e próspera, o Brasil não pode descuidar da Defesa.

O Brasil comprovou, na última década, que crescimento e inclusão social devem se reforçar mutuamente. Devemos proteger nossas grandes riquezas que, além de indústrias, agricultura, minérios ou pré-sal, são compostas pelos milhões de brasileiros que têm o poder de nos transformar em uma grande nação.

Por todas essas razões, a Defesa estará cada vez mais presente na agenda nacional. O Livro Branco de Defesa Nacional é um convite à reflexão e ao diálogo. Sua leitura indicará, sobretudo, que Defesa e Democracia formam um círculo virtuoso no novo Brasil que estamos construindo. Ao possibilitar um acompanhamento amplo e minucioso da Política de Defesa pela população, esta iniciativa contribui para o amadurecimento da reflexão pública sobre o papel indispensável da Defesa no Brasil do presente e do futuro.



Dilma Rousseff

APRESENTAÇÃO DO MINISTRO DA DEFESA



A Lei Complementar 97/1999, modificada pela Lei Complementar 136/2010, estabeleceu, em seu Artigo 9º, parágrafo, 3º, a obrigatoriedade de o Poder Executivo apresentar ao Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária de 2012, a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional.

O Livro Branco de Defesa Nacional soma-se à Estratégia Nacional de Defesa e à Política Nacional de Defesa como documento esclarecedor sobre as atividades de defesa do Brasil.

A expectativa é que o Livro venha a ser um estímulo à discussão sobre a temática de defesa no âmbito do

Parlamento, da burocracia federal, da academia, e da sociedade brasileira em geral. Servirá, igualmente, de mecanismo de prestação de contas à sociedade sobre a adequação da estrutura de defesa hoje existente aos objetivos traçados pelo poder público.

As Forças Armadas possuem capacidade de projetar poder militar além das fronteiras. Essa possibilidade, por si só, é passível de gerar insegurança em Nações vizinhas. A ampla divulgação do Livro Branco de Defesa Nacional e a maneira clara com que seus capítulos procuraram expressar os objetivos de defesa do Estado brasileiro constituem medidas de construção de confiança mútua. Ao compartilhar as percepções e interesses nacionais no campo da defesa, o Brasil busca assegurar a compreensão das motivações e finalidades do instrumento militar.

A História registra numerosos casos de conflitos resultantes de falhas de comunicação e equívocos de percepção acerca das intenções alheias. Daí a importância que os Estados se valham de iniciativas como esta para comunicar de maneira eficaz suas intenções, conferindo transparência às políticas de defesa e reduzindo o risco de conflitos indesejados.

O Livro Branco de Defesa Nacional foi elaborado também com o objetivo de fortalecer a cooperação com os países da América do Sul. Poderá, nesse sentido, ser um instrumento para fomentar o estabelecimento de uma comunidade de paz e segurança no entorno sul-americano que possibilite a opção por soluções pacíficas e a consequente eliminação de hipótese de guerra. Para além desse esforço, buscamos demonstrar aos países de fora da região que a nossa defesa possui caráter essencialmente dissuasório e está organizada para evitar que o Brasil sofra ameaças. Procuramos descrever de maneira fundamentada que defesa não é delegável e que devemos estar preparados para combater qualquer agressão.

Hoje, temas relacionados com a Defesa Nacional devem envolver o conjunto da sociedade brasileira. Desde o advento da Estratégia Nacional de Defesa as políticas públicas que lhe dizem respeito devem ser definidas de forma concertada. Ao incorporar em sua essência a ideia de que as decisões de paz e guerra não estão destacadas da soberania popular, o Livro Branco permitirá o tratamento democrático dos assuntos de defesa. A Política de Defesa responde aos interesses da sociedade e do Estado. O esforço de criação e revisão dos documentos legais no campo da defesa nacional, inclusive do Livro Branco de Defesa, contribuirá para estreitar ainda mais esse vínculo.

A redação do Livro Branco constitui instrumento útil para aprofundar o entendimento que as lideranças civis têm acerca da Defesa Nacional no presente e no futuro. Em um período no qual o cenário estratégico mundial se transforma tão profunda e aceleradamente, o diálogo entre os diversos setores ganha relevância.

A tarefa de elaborar o Livro Branco não foi desenvolvida dentro dos escritórios do Ministério da Defesa. Buscou-se a participação da sociedade na reflexão e no debate dos temas que aqui são desenvolvidos. A realização de Oficinas Temáticas, Seminários e Mesas-redondas contou com a participação de civis e militares, brasileiros e estrangeiros, e levou a discussão das questões da defesa brasileira para as cinco regiões do País. Essas contribuições foram de grande valia, e deixo registrado os nossos agradecimentos a todos os que tomaram parte nessas discussões.

Além de aportar transparência – interna e externa – aos critérios de emprego de nossas Forças Armadas, a preparação deste documento foi relevante para o aprofundamento do acervo de conhecimentos da sociedade sobre a temática militar.

Espero que esta iniciativa sirva também como um convite ao engajamento nas discussões relacionadas à Defesa Nacional. Apenas com o atento acompanhamento da sociedade, e com sua contribuição indispensável, a Política Nacional de Defesa estará à altura do País cada vez mais forte, justo e democrático que desejamos construir.

Celso Amorim

CAPÍTULO 1



RETRATOS DO BRASIL



O ESTADO BRASILEIRO E A DEFESA NACIONAL

“Como País multiétnico, de grande diversidade cultural e de interesses globais, o Brasil busca a interação entre culturas e respeita a pluralidade de ideologias e sistemas políticos.”

Presidenta Dilma Rousseff
Brasília, 20 de abril de 2011

O Brasil é um país de dimensões continentais. Possui a maior costa Atlântica do mundo e, com quase 191 milhões de habitantes¹, tem a quinta maior população do planeta². É grande produtor de energia renovável e não renovável, de proteína animal e vegetal. Possui extensas reservas de água potável, enorme biodiversidade e vastos recursos minerais. As recentes descobertas do pré-sal levaram o País a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural.

Apontado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como a sexta maior economia do mundo³, o Brasil tem alcançado níveis cada vez mais expressivos de desenvolvimento, buscando a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades sociais. A democracia brasileira está consolidada, com realização de eleições livres, participação crescente do povo na elaboração e na cobrança de políticas públicas, comprometimento com o combate à corrupção e respeito aos direitos humanos.

Nos últimos anos, a política externa brasileira projetou valores e interesses na moldagem da governança global. O Brasil tem desenvolvido sua própria agenda externa com maior autonomia para definir as prioridades para seu progresso como nação.

Esse patrimônio exige defesa. O Brasil se considera e é visto internacionalmente como um país amante da paz, mas não pode prescindir da capacidade militar de dissuasão e do preparo para defesa contra ameaças externas. Não é possível afirmar que a cooperação sempre prevalecerá sobre o conflito no plano internacional. Este capítulo apresentará alguns elementos do Estado brasileiro que têm implicação imediata para a Defesa Nacional.

¹ IBGE — Censo realizado em 2010.

² Fundo de População das Nações Unidas — Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011.

³ World Economic Outlook, 2012.

Tópicos

- Princípios Básicos do Estado.
- Território.
- População.
- Defesa Nacional.

SÍMBOLOS NACIONAIS

Segundo o art. 13 da Constituição Federal, os quatro símbolos oficiais da República Federativa do Brasil são: a Bandeira Nacional, o Hino Nacional, as Armas da República e o Selo Nacional. Os símbolos são manifestações gráficas e musicais de importante valor histórico, criados para transmitir o sentimento de união nacional e a soberania do País.



Bandeira Nacional

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, uma nova bandeira foi criada para representar as conquistas e o momento histórico do País. Inspirado na bandeira imperial, desenhada pelo pintor francês Jean Baptiste Debret, o novo pavilhão foi projetado por Teixeira Mendes e Miguel Lemos, com desenho de Décio Vilares, e foi aprovado pelo Decreto nº 4 do governo provisório. A nova bandeira manteve a tradição do losango amarelo em campo verde, mas introduziu a esfera azul salpicada de estrelas e atravessada por uma faixa branca, em sentido oblíquo e descendente da esquerda para a direita, com os dizeres "Ordem e Progresso". As estrelas, incluindo a constelação do Cruzeiro do Sul, representam, cada uma, um estado brasileiro. De acordo com a Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992, no caso de criação ou extinção de algum estado, o conjunto deve ser atualizado.

Hino Nacional

A letra do Hino Nacional do Brasil foi escrita pelo poeta e jornalista Joaquim Osório Duque Estrada (1870-1927) e a música, composta pelo maestro e professor Francisco Manuel da Silva (1795-1865). O hino está regulamentado pela Lei nº 5.700 de 1ª de setembro de 1971.

O Brasão das Armas da República

O Brasão das Armas do Brasil foi desenhado pelo engenheiro Artur Zauer, por encomenda do Presidente Deodoro da Fonseca. É um escudo azul-celeste, apoiado sobre uma estrela de cinco pontas, com uma espada em riste. Ao seu redor está uma coroa formada de um ramo de café frutificado e outro de fumo florido sobre um resplendor de ouro. O uso do brasão é obrigatório pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelas Forças Armadas e está presente em todos os prédios públicos.



Selo Nacional

O Selo Nacional do Brasil é baseado na esfera da Bandeira Nacional. Nele há um círculo com os dizeres "República Federativa do Brasil". É usado para autenticar os atos de governo, os diplomas e certificados expedidos por escolas oficiais ou reconhecidas.



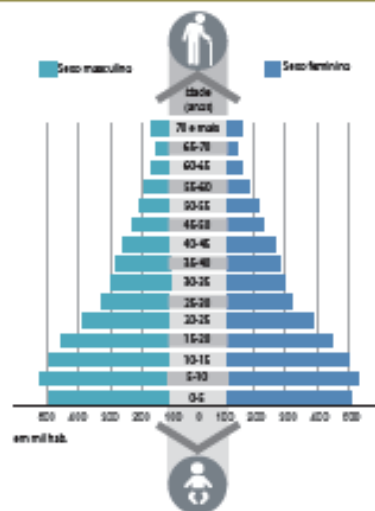
Evolução da população

O primeiro censo oficial realizado no País, no ano de 1872, registrou aproximadamente 10 milhões de habitantes. No recenseamento de 2010, foram contabilizados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 191 milhões.

A população do Brasil praticamente decuplicou ao longo do século XX, evidenciando um intenso ritmo de crescimento, que colocou o País como o quinto mais populoso do mundo.

Durante a maior parte da segunda metade do século XX, época em que foi mais intenso o crescimento populacional, a pirâmide demográfica caracterizava-se por um grande alargamento da base e significativo estreitamento no topo, indicativos de uma grande população jovem economicamente dependente.

Pirâmide etária do Brasil 1970



Fonte: IBGE, Censo demográfico 1970.

A configuração da atual pirâmide demográfica sinaliza a diminuição dessa população economicamente dependente, o que significa, na prática, que o Brasil vive um momento chamado de “bônus demográfico” ou “janela de oportunidade”. Trata-se de um período de transição demográfica em que a fecundidade já se encontra em patamares inferiores, a po-

Defesa Nacional

Uma das atribuições do Estado é prover a segurança e a defesa necessárias para que a sociedade possa alcançar os seus objetivos. Cabe ao Estado, propiciar e garantir condições para que se possa considerar que o País não corra risco de uma agressão externa, nem esteja exposto a pressões políticas ou imposições econômicas insuportáveis, e seja capaz de, livremente, dedicar-se ao próprio desenvolvimento e ao progresso.

O Brasil exerce completa e exclusiva soberania⁸ sobre seu território, seu mar territorial e espaço aéreo sobrejacente, não aceitando nenhuma forma de ingerência externa em suas decisões. O Estado brasileiro trabalha em prol de ações que fortaleçam a aproximação e a confiança entre os Estados, uma vez que a valorização e a exploração dessa perspectiva representam uma contribuição à prevenção de contenciosos capazes de potencializar ameaças à segurança nacional.



Força Aérea no monitoramento das fronteiras

⁸ A soberania é o primeiro fundamento citado no art. 1º da Constituição Federal brasileira. A soberania é inalienável, indivisível e imprescritível. Deve ser exercida pela vontade geral e ser preservada em nome das futuras gerações e da prosperidade do País. Trata-se de uma ordem suprema, que não deve se submeter a outra ordem.

CAPÍTULO 2



NAVIO AERÓDROMO SÃO PAULO



O AMBIENTE ESTRATÉGICO DO SÉCULO XXI

"Se o Brasil se abre para o mundo, o mundo se volta para o Brasil. Essa dinâmica é portadora de esperança, mas também de novas e grandiosas responsabilidades, que as Forças Armadas saberão cumprir."

Presidenta Dilma Rousseff
Brasília, 5 de abril de 2011

O sistema internacional contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o imediato pós-Guerra Fria, tem-se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre os Estados. O advento de uma ordem multipolar, caracterizada pela coexistência de potências tradicionais e potências emergentes, traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa. Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis para o cenário internacional, a recomposição do sistema em base multipolar não é, por si só, suficiente para garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados.

Nesse contexto, o Brasil vê, em sua política de defesa e em sua vocação para o diálogo, componentes essenciais para sua inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional.

Diante das incertezas em relação aos cenários futuros, o custo do não engajamento do Brasil na construção da ordem internacional nascente pode ser muito maior do que o ônus imediato, que é o investimento na capacitação, no preparo e no desenvolvimento de meios necessários ao exercício da soberania. A consolidação de estruturas de governança multilateral representativas da nova distribuição de poder mundial é um interesse do País que exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece àquela salvaguardas, apoio e logística, imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional.

A política de defesa determina a capacidade estatal de oferecer proteção ao povo brasileiro e de garantir a não ingerência externa em seu território e em suas águas jurisdicionais, inclusive no espaço aéreo sobrejacente, no leito marinho e no subsolo.

A soberania da Nação, sua inserção econômica competitiva e seu desenvolvimento pleno pressupõem capacidade de defesa condizente com as potencialidades e aspirações do País.

Tópicos

- Contextualização do ambiente estratégico.
- Tratados e regimes internacionais
- Política externa e de defesa.



Caracterização da Amazônia Azul

CAPÍTULO 3



TRIBUTO ÀS FORÇAS ARMADAS



A DEFESA E O INSTRUMENTO MILITAR

“Só existe soberania de fato com Defesa forte, isto é, com Forças Armadas adequadamente equipadas e adestradas, em condições de atuar de forma conjunta em quaisquer cenários, especialmente ante os cenários de ameaças cada vez mais difusas.”

Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos — Plano Brasil 2022
Brasília, dezembro de 2010

O instrumento militar com que o Brasil conta para sua defesa é constituído pelas Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, instituições que devem ter capacidade de assegurar a integridade do território e a defesa dos interesses nacionais, das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros, bem como de garantir a soberania do País. As três instituições são partes integrantes da estrutura do Ministério da Defesa (MD), que orienta, supervisiona e coordena todas as ações afetas às Forças Armadas.

O território é a base física da Nação, delimitado pelas fronteiras, pelas águas e pelo espaço aéreo sob jurisdição brasileira. As dimensões do Brasil são continentais. Para assegurar sua defesa, as Forças Armadas se estruturam de acordo com a Constituição Federal e com a legislação dela decorrente.

A Política Nacional de Defesa (PND)²⁰ e a Estratégia Nacional de Defesa (END) constituem marcos legais que orientam a organização e a modernização do instrumento militar brasileiro, bem como o seu preparo e emprego, de forma condizente com a estatura político-estratégica do Brasil. Esses documentos definem a postura estratégica dissuasória adotada pelo País, que prima por uma política ativa de diplomacia voltada para a paz e o desenvolvimento, para a manutenção da relação de amizade e cooperação com os países vizinhos e com a comunidade internacional, baseada na confiança e no respeito mútuos. Em conformidade com as diretrizes legais, as Forças Armadas brasileiras se estruturam em torno de capacidades e não em função de inimigos.

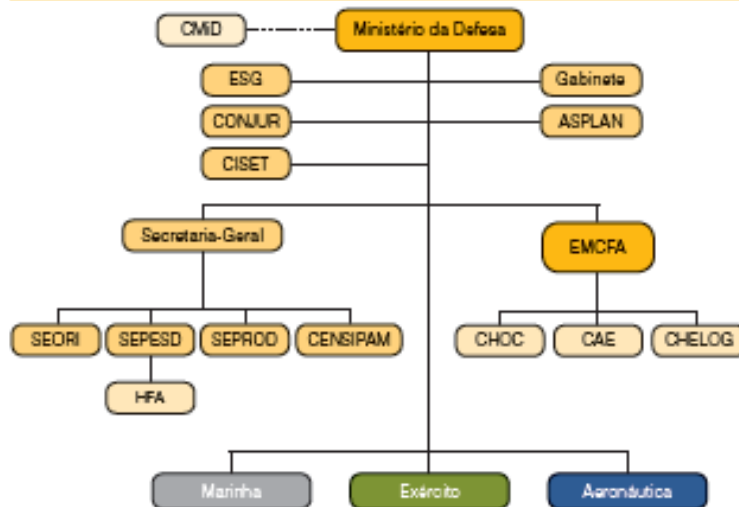
No que se refere ao cenário internacional, a vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de reconhecida capacidade militar, apta a

²⁰ A atual Política de Defesa Nacional (PDN), aprovada pelo Decreto nº 5.454, de 30 de junho de 2005, foi atualizada em 2012, passando a se chamar Política Nacional de Defesa (PND). Aqui se considera a nova nomenclatura.

Tópicos

- Estrutura do MD.
- Educação no âmbito da Defesa.
- Setores estratégicos.
- Sistemas de monitoramento e controle.
- Mobilização nacional.
- SINDE.
- MB.
- EB.
- FAB.

- Consultoria Jurídica (CONJUR);
- Secretaria de Controle Interno (CISSET);
- Secretaria de Organização Institucional (SEORI);
- Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESED);
- Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD); e
- Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).



Organograma do Ministério da Defesa

Conselho Militar de Defesa (CMiD)

O CMiD é composto pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e pelo chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, sendo presidido pelo Ministro da Defesa. Parte complementar da Estrutura Militar de Defesa, compete ao Conselho o assessoramento ao Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares e o assessoramento ao Ministro da Defesa, nas competências previstas no inciso III, do art. 3º, do Decreto nº 7.276 de 25 de agosto de 2010.

O CAEPE é um curso ministrado no campus da ESG/Rio de Janeiro, integralmente presencial e tem a duração de um ano. O seu propósito é de preparar civis e militares, inclusive de outras nações, para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na administração pública, em especial na área de Defesa Nacional.

O CSUPE, iniciado em 2011, é ministrado no campus ESG/Brasília e tem por objetivo incentivar o estudo e disseminar os assuntos da Defesa nos mais altos escalões da administração pública, no meio militar e junto aos setores empresariais e acadêmicos. O CSUPE tem a duração aproximada de dois meses, com aulas presenciais e participação de palestrantes de diversas áreas governamentais e da iniciativa privada.

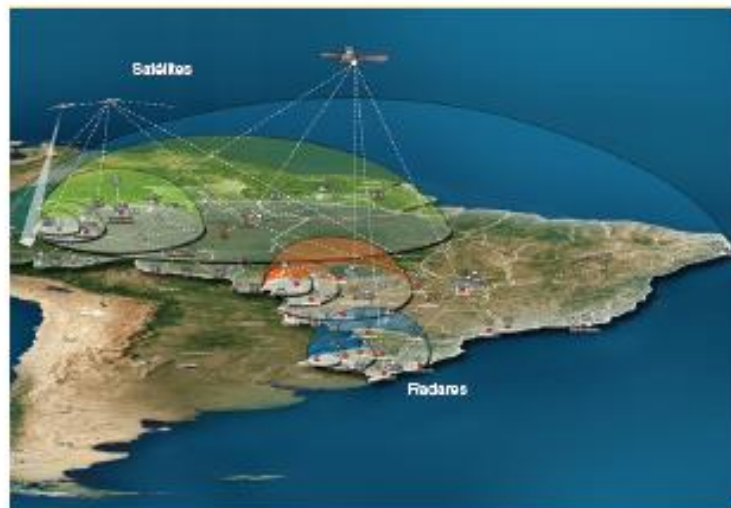
Além de suas atividades acadêmicas, a ESG conta com o apoio e contribuição da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) para difundir, em âmbito nacional, os trabalhos produzidos pela ESG.

Coerente com a nova realidade nacional, o Ministério da Defesa está implementando uma série de alterações estruturais na ESG, para que ela possa atender, em melhores condições, às orientações contidas na Estratégia Nacional de Defesa, como:

- incrementar a capacidade institucional da Escola de desenvolver atividades acadêmicas e administrativas;
- intensificar o intercâmbio fluido entre os membros do Governo Federal; e
- otimizar a formação de recursos humanos ligados aos assuntos de defesa.



ESG — Rio de Janeiro (RJ)



Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)

Sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica, o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) tem como órgão central o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), a quem cabe prover os meios necessários para o gerenciamento e controle do espaço aéreo e para a prestação dos Serviços de Navegação Aérea (ANS), tais como: Informações de Voo (AIS), Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM), Busca e Salvamento (SAR), Comunicação, Navegação e Vigilância (CNS), além das atividades relacionadas à Meteorologia Aeronáutica, Cartografia Aeronáutica, Telecomunicações Aeronáuticas e Inspeção em Voo.

O SISCEAB emprega recursos humanos e equipamentos de navegação, telecomunicações e vigilância, além de vasta infraestrutura, distribuídos por todo o território nacional, com a missão de prover a segurança e a fluidez do tráfego aéreo conforme estabelecem as normas nacionais e os acordos e tratados internacionais de que o Brasil é signatário.

O espaço aéreo sob jurisdição brasileira compreende o espaço aéreo territorial (8.511.965 km²) e o espaço aéreo sobrejacente à área oceânica, que se estende até o meridiano 10° W, perfazendo um total de 22 milhões de km².

Designação da classe do navio	Tipo Quantidade	Nome dos navios da classe	Foto
Tikuna	Submarino 1	S-34 Tikuna	
Felinto Perry	Navio de Socorro Submarino 1	K-11 Felinto Perry	
Mattoso Maia	Navio de Desembarque de Carros de Combate 1	G-28 Mattoso Maia	
Garcia D'Avila	Navio de Desembarque de Carros de Combate 1	G-29 Garcia D'Avila	
Almirante Sabeia	Navio de Desembarque de Carros de Combate 1	G-25 Almirante Sabeia	
Ceará	Navio de Desembarque-Doca 1	G-30 Ceará	



EN — Rio de Janeiro (RJ)

Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW)

Criado em 1945, o CIAW está situado na ilha das Enxadas, Rio de Janeiro. É um centro de formação, aperfeiçoamento e pós-graduação para os oficiais do Corpo de Engenheiros da Marinha (EN), do Corpo de Saúde da Marinha (CSM), do Corpo Auxiliar da Marinha (CAM) e dos Quadros Complementares (QC) dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes.

O Centro forma, para o Corpo de Saúde da Marinha, oficiais nos quadros de médicos, cirurgiões-dentistas e apoio à saúde. Para o Corpo Auxiliar da Marinha, forma oficiais nos quadros técnico, de capelães navais, de auxiliar da Armada e de auxiliar Fuzileiro Naval.

Também são ali realizados os cursos de Especialização para Oficiais do Quadro Complementar, de Aperfeiçoamento de Superfície (em armamento, comunicações, eletrônica e máquinas, como pós-graduação), de Aperfeiçoamento Avançado e de Formação de Oficiais do Serviço Militar Voluntário, além de cursos especiais.

Designação	Tipo	Quantidade	Foto
Leopard1A1	Veículos blindados	128	
Leopard1A5	Veículos blindados	250	
M60 Patton A3 TTS	Veículos blindados	91	
M-41B/C	Veículos blindados	112	
EE-9 Cascavel	Veículos blindados	409	
EE-11 Urutu	Veículos blindados	213	



AMAN — Resende (RJ)

Os cursos da AMAN têm por objetivo formar uma personalidade militar básica, com estrutura ética sólida e fortes atributos de chefia, liderança, iniciativa, disciplina, responsabilidade e espírito de trabalho em grupo. Na atividade de ensino-aprendizagem, o cadete desenvolve conhecimentos humanísticos, científicos e tecnológicos necessários ao prosseguimento da carreira.

Na Academia, o cadete recebe uma base técnico-militar, por meio de instruções e exercícios de adestramento, para que possa, como futuro oficial, exercer as funções de comandante e líder de pequenas frações (pelotão e seção) e de subunidade (companhia, bateria ou esquadrão).

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Fundada em 8 de abril de 1920, pelo então Ministro da Guerra dr. João Pandiá Calógeras, a Escola tem por missão aperfeiçoar capitães, capacitando-os para o comando e chefia de unidades e habilitando-os para o exercício de funções de estado-maior não privativas do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) do Exército. O curso é realizado em dois anos, sendo o primeiro ano à distância e o segundo presencial.

Designação	Tipo	Quantidade	Foto
F-2000 B/C Mirage 2000	Avião de caça interceptador	12* * Desativação prevista para 31 de dezembro de 2013, com substituição pelo Projeto FX-2	
F-5 EMFM Tiger II	Avião de caça multissessão	57	
H-1H	Helicóptero de transporte, busca e resgate	24* * Previsão de desativação da frota nos próximos 5 anos	
H-34 Puma	Helicóptero de transporte, busca e resgate	10* * Previsão de desativação da frota nos próximos 5 anos	
VH-35	Helicóptero de transporte VIP	2	
H-36 EC-725	Helicóptero de transporte, busca e resgate	1* * Contratadas 16 aeronaves	



AFA — Pimasurunga (SP)

A formação de nível superior tem duração de quatro anos e prepara oficiais para os postos iniciais das carreiras dos quadros de aviadores, intendentes e infantaria de aeronáutica. A maioria das vagas do primeiro ano do ciclo escolar é preenchida por alunos procedentes da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAr), instituição de ensino médio da Aeronáutica localizada em Barbacena (MG), cujo curso tem três anos de duração. As demais vagas são preenchidas por meio de processo seletivo. Ao término do quarto ano, o cadete é declarado aspirante-a-oficial e recebe o certificado de bacharel em ciências aeronáuticas.

Universidade da Força Aérea (UNIFA)

Criada em 1983 e com sede no Rio de Janeiro, a UNIFA está ligada ao Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS). Tem a finalidade de planejar, orientar, coordenar e controlar os cursos destinados ao aperfeiçoamento e aos altos estudos militares necessários à preparação para as funções de oficiais superiores e oficiais-generais. Oferece, ainda, cursos de mestrado, doutorado e especialização, além de estágios diversos. Subordinam-se à UNIFA, a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR).

As operações do Brasil no Atlântico Sul começaram quase que imediatamente. A Marinha controlou as linhas de navegação entre as Américas do Norte e do Sul. Participou, também, de operações conjuntas e combinadas, incluindo patrulhamento aeronaval, proteção e escolta de comboios navais e ações preventivas para evitar ataques por parte do Eixo em solo brasileiro. A Marinha foi a única Força Naval da América do Sul que participou das duas campanhas mundiais, garantindo o comércio internacional do País e o atendimento às necessidades de abastecimento para a Nação.

O Exército enviou cerca de 25 mil homens para lutar na Europa contra o Eixo. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) integrou o Quinto Corpo de Exército Americano (*Fifth US Army*). Após pesadas perdas, a primeira operação da FEB bem-sucedida foi o ataque à Fortaleza de Monte Castelo, que estava ocupada e guarnecida por uma divisão inimiga altamente qualificada.

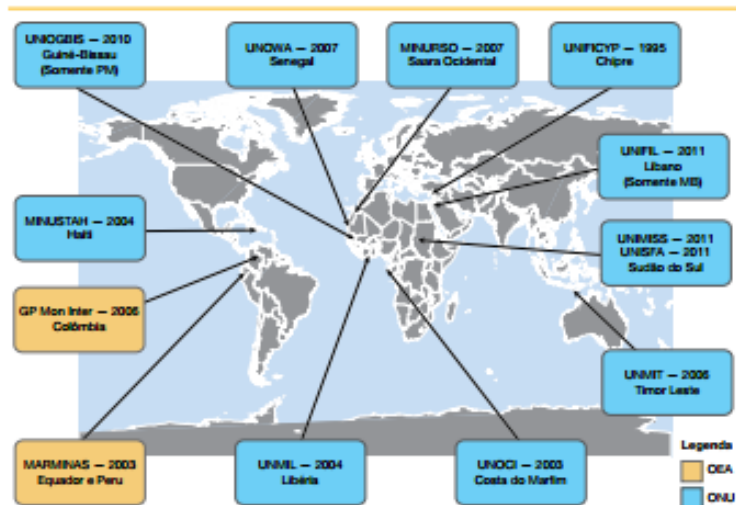
Em prosseguimento ao sucesso obtido, a FEB desempenhou suas missões subsequentes com resultados igualmente expressivos. A primeira força oponente a se render na Itália o fez aos integrantes da FEB, os famosos “Cobras Fumando”⁸. Durante a campanha da Itália, na Segunda Guerra, a FEB fez mais de 20 mil prisioneiros.



Representação de soldado brasileiro na Segunda Guerra e o símbolo da FEB — “Cobra Fumando”

A Força Aérea foi criada no decorrer da Segunda Guerra, em 1941. Em 1942, iniciou seu engajamento na Patrulha Aérea Marítima das águas brasileiras. Em 1943, foi criado o 1º Grupo de Aviação de Caça. Nesse mesmo ano, ocorreu o afundamento de um submarino do Eixo, por um avião da Força Aérea, no litoral do Rio de Janeiro.

⁸ A Força Expedicionária Brasileira adotou a cobra fumando como símbolo em alusão ao que se dizia à época: que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil ir à guerra.



Participação brasileira em missões de paz e humanitárias em curso

A MINUSTAH, criada por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, contribui para restabelecer a normalidade institucional do País após um longo período de instabilidade política.

Note-se especialmente o papel da MINUSTAH em assegurar a realização de eleições presidenciais em 2006 e em 2010, com passagem pacífica do poder. Deve-se ressaltar, ainda, o papel da Missão da ONU no esforço de reconstrução do Haiti, após o gravíssimo terremoto de janeiro de 2010.

A atuação dos militares brasileiros é reconhecida pelo povo haitiano e por autoridades internacionais, devido à peculiar forma de atuação, reflexo dos treinamentos recebidos antes da missão e da própria formação profissional adquirida nas Forças.

A missão no Haiti também possibilita às Forças participantes a oportunidade de aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos, bem como de manter o intercâmbio com tropas de outros países.

Em coordenação com a ONU e com os países da UNASUL que integram a Missão, o Brasil planeja a retirada gradual de suas tropas, à medida que o Governo haitiano demonstre disposição e capacidade de garantir a segurança do país.

CAPÍTULO 4



MILITARES DA FAB E ÍNDIOS DA COMUNIDADE XIBE (FR) ERGUEM PRIMEIRO MASTRO PARA A BANDEIRA NACIONAL

DEFESA E SOCIEDADE

“A prioridade fundamental do meu governo é acabar com a pobreza extrema no Brasil. Nessa luta conto com as Forças Armadas. Sua larga experiência de trabalhos sociais, desenvolvida em todo o território nacional e alcançando as regiões mais longínquas e remotas, tem valor inestimável para chegarmos a esse objetivo primordial.”

Presidenta Dilma Rousseff
Brasília, 5 de abril de 2011

A acelerada evolução tecnológica e social tem produzido transformações substanciais nos padrões tradicionais de relacionamentos políticos e humanos, afetando significativamente tanto as relações internacionais, quanto as qualificações de segurança do Estado brasileiro e de seu sistema de defesa. A atuação nesse ambiente demanda alta capacidade de análise crítica, de modo a compreender a conjuntura do presente, antecipar cenários futuros, identificar informações relevantes e traduzi-las em estratégia estatal baseada nas possibilidades e capacidades do complexo tecnológico-industrial de defesa e nos recursos militares disponíveis. Essas demandas de longo prazo necessitam de uma relação profunda e estável entre a sociedade e o Estado.

A interação harmônica entre os órgãos da defesa e a sociedade dá maior dinâmica à ação estatal no provimento da segurança e da defesa do País. Essa interação contribui para o constante aperfeiçoamento da capacidade de identificação e análise de demandas de segurança e defesa nacionais.

A implementação da Política Nacional de Defesa implica na capacidade de incorporar e processar interesses e demandas amplamente diversificados no âmbito nacional e internacional, compartilhando responsabilidades com a sociedade, tanto no momento de escolher prioridades e estratégias, quanto no acompanhamento e na avaliação da ação política. A eficiente gestão dos recursos de defesa do País requer o equilíbrio entre o uso adequado dos recursos financeiros disponíveis e as desejáveis capacidades de Defesa Nacional. A qualidade da implementação da Política Nacional de Defesa como instrumento da ação governamental é reflexo da capacidade administrativa do governo, bem como das articulações entre Estado e sociedade.

Tópicos

- Programas sociais .
- Ações subsidiárias e complementares.
- Relação com os poderes constituídos.
- Os Direitos Humanos.
- A LAI.
- A Academia.
- Pessoal civil MD/AC.
- O desenvolvimento industrial.



Universitários do Projeto Rondon no apoio à população amazônica

Em função da grande cobertura do projeto, o apoio logístico das Forças Armadas é indispensável. Os grandes deslocamentos são feitos em aeronaves da Força Aérea. Os deslocamentos fluviais são proporcionados pela Marinha do Brasil. A concentração, o alojamento, a alimentação, o transporte local, bem como a segurança das equipes, são proporcionados pelas unidades do Exército sediadas nas áreas de operações.

Ano	Rondonistas	Municípios atendidos
2006	312	19
2006	1.377	91
2007	1.933	128
2008	2.002	143
2009	1.758	116
2010	2.400	136
2011	2.860	141
2012	1.180	59
TOTAL	13.820	833

Fonte: Ministério da Defesa — Portal do Projeto Rondon.

- atua na execução de Ações Cívico-Sociais (ACISO) em diversas comunidades carentes do País, por meio, entre outros, da recuperação de escolas e abrigos, da assistência médico-odontológica e da doação de sangue a entidades locais; e
- participa de operações de apoio humanitário, com a montagem de hospitais de campanha, inclusive no exterior.



Navio de Assistência Hospitalar da Marinha apoiando a população ribeirinha

CAPÍTULO 5



PROJETOS ESTRATÉGICOS DA DEFESA

A TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA

“Devemos conceber e aprovar mecanismo que permita conferir previsibilidade, estabilidade e permanência aos projetos de equipamento e de desenvolvimento tecnológico das Forças Armadas.”

Ministro da Defesa, Celso Amorim
Brasília, 8 de agosto de 2011

O conceito de transformação no campo da defesa surgiu na década de 1970, a partir da discussão sobre Evolução em Assuntos Militares (EAM) e Revolução em Assuntos Militares (RAM), que apontou para a necessidade de, periodicamente, romper paradigmas. Ao propiciar uma melhor compreensão das limitações das teorias correntes, a transformação muda padrões de pensamento, gera novas capacidades e conceitos. Possibilita responder de forma inovadora a desafios inesperados. Ao desenvolver competências, permite cumprir novas tarefas e desempenhar modernas funções em combate.

A efetividade de um processo de transformação é proporcional à capacidade de aquisição e aplicação de tecnologia de ponta nas fases de pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas de armas e plataformas. Como pode ser observado nos vários exemplos disponíveis, esse processo é de longa duração, podendo estender-se por 20 anos ou mais.

As mudanças demandam o desenvolvimento de novas doutrinas de emprego das tropas, com o objetivo de tornar as forças militares mais aptas a atuar em ambiente operacional multifacetado.

No caso do Brasil, a transformação da defesa, além de possibilitar maior capacitação de suas Forças Armadas, criará uma gama de oportunidades para o crescimento econômico. Isso ocorrerá por meio de três vertentes:

- Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED);
- modernização da gestão; e
- reorganização da Base Industrial de Defesa.

Tópicos

- PAED.
- Modernização da gestão.
- BID.



1. Recuperação da Capacidade Operacional

Consiste na revitalização e modernização das estruturas logísticas e operativas da Marinha, bem como de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Também inclui o reequipamento de munição convencional e da manutenção operativa.

2. Programa Nuclear da Marinha (PNM)

O PNM inclui o desenvolvimento do ciclo de combustível; a construção e validação do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (LABGENE); a construção de um protótipo de reator tipo PWR⁴², base para o reator do primeiro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SNBR); e o fortalecimento do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

O PNM e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) estão intimamente ligados. A exequibilidade do PROSUB depende do desenvolvimento do sistema de propulsão nuclear, foco do PNM.

⁴² Reator de Água Pressurizada — Pressurized Water Reactor (PWR).

Quadro dos Projetos Prioritários do Exército



1. Recuperação da Capacidade Operacional

O projeto inclui:




- modernização e revitalização dos meios de aviação do Exército; de carros de combate M60, Leopard 1A1; e das viaturas blindadas M113, Urutu e Cascavel;
- aquisição de embarcações fluviais, viaturas, equipamentos e material de artilharia de campanha; de armamento individual tecnologicamente superior ao atualmente utilizado; e de munição, armamento e equipamentos coletivos; e
- aquisição do novo fuzil IA2, desenvolvido e produzido no Brasil pela IMBEL⁶⁴, que atende aos Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) das Forças Armadas aprovados pelo EMCFA.

⁶⁴ IMBEL — Indústria de Material Bélico do Brasil, mais antiga fábrica de produtos de defesa do País.

Quadro dos Projetos Prioritários da Força Aérea



**Força Aérea
Prioridades**

<p>1 - Gestão Organizacional e Operacional do Comando da Aeronáutica</p> 	<p>2 - Recuperação da Capacidade Operacional</p> 	<p>3 - Controle do Espaço Aéreo</p> 
<p>4 - Capacitação Operacional da FAB</p> 	<p>5 - Capacitação Científico-Tecnológica da Aeronáutica</p> 	<p>6 - Fortalecimento da Indústria Aeroespacial e de Defesa Brasileira</p> 
<p>7 - Desenvolvimento e Construção de Engenheiros Especiais</p> 	<p>8 - Apoio aos Militares e Civis do Comando da Aeronáutica</p> 	<p>9 - Modernização dos Sistemas de Formação e Pós-formação de Recursos Humanos</p> 

1. Gestão Organizacional e Operacional do Comando da Aeronáutica

Os objetivos deste projeto são garantir a integração entre as áreas estratégicas envolvidas; realizar a gestão estratégica militar da Aeronáutica; incrementar a eficiência dos processos e sistemas internos; e adequar a infraestrutura aeronáutica e aeroportuária. Entre as ações previstas, destacam-se:

- adequação de bases aéreas e ampliação de pistas alternativas;
- fusão e redistribuição de organizações logísticas e administrativas; e
- transferência de unidades aéreas para as regiões Norte e Centro-Oeste.

CAPÍTULO 6



REPRESENTAÇÃO DA REPÚBLICA EM CÉDULA MONETÁRIA

ECONOMIA DA DEFESA

"Não existe desenvolvimento econômico e social e política externa soberana sem uma política de Defesa afirmativa."

Presidenta Dilma Rousseff
Brasília, 5 de abril de 2011

Um Brasil mais justo, com menores índices de exclusão e de desigualdades sociais, fortalecido econômica e socialmente, ganha proeminência no cenário mundial, o que implica maiores responsabilidades de segurança e defesa no ambiente estratégico global.

A Defesa Nacional é de interesse da coletividade e está relacionada aos objetivos maiores do desenvolvimento nacional. Conforme amplamente exposto em capítulos anteriores, o Brasil necessita de um sistema de defesa eficaz para proteger seu vasto território, suas imensuráveis riquezas e sua grande população.

O bom funcionamento do setor de Defesa, por sua vez, requer uma dotação de recursos orçamentários adequada, bem como uma gestão eficiente. Este capítulo apresentará demonstrativos orçamentários e explicará as principais peculiaridades do orçamento brasileiro aplicado ao setor de Defesa. Observe-se que os dados históricos apresentados estão sempre expressos em termos reais, ou seja, considerando a inflação no período.

Orçamento da Defesa

Regras gerais

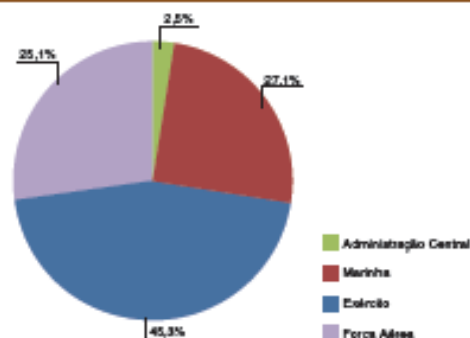
A Lei Complementar nº 97/1999, alterada pelas Leis Complementares nº 117/2004 e nº 136/2010, estabelece quatro regras gerais para o orçamento da Defesa:

- o orçamento do Ministério da Defesa contemplará as prioridades definidas na Estratégia Nacional de Defesa;
- o orçamento do Ministério da Defesa identificará as dotações próprias da Marinha, do Exército e da Força Aérea;
- a proposta orçamentária das Forças será elaborada em conjunto com o Ministério da Defesa, que a consolidará; e
- a Marinha, o Exército e a Força Aérea farão a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do Ministério da Defesa.

Tópicos

- Orçamento da Defesa.
- Demonstrativo de gastos com Defesa.

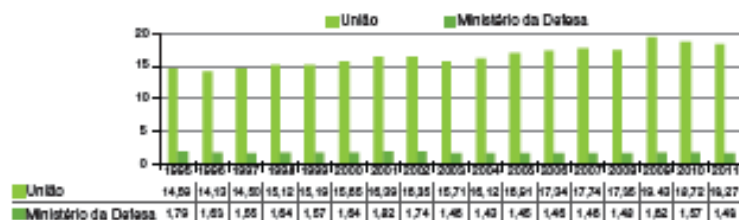
As proporções dos gastos, no orçamento liquidado da União, das três Forças e da Administração Central do Ministério da Defesa, no ano 2011, são apresentadas no gráfico a seguir.



Fonte: SIAFI.

Gastos do Ministério da Defesa em 2011

É importante ressaltar que a recuperação na execução orçamentária do Ministério da Defesa apresentada anteriormente é menos acentuada quando se considera o gasto com Defesa como proporção do PIB. Isso se deve ao fato de os gastos com Defesa não terem acompanhado de perto o patamar das despesas primárias²⁴ da União em relação ao PIB, que passou de 14,59% em 1995 a 18,27% em 2011. No mesmo período, a participação dos gastos com defesa no PIB passou de 1,79% para 1,48%.



Fontes: SIAFI e Banco Central.

Despesa Primária da União e do Ministério da Defesa — Participação no Produto Interno Bruto (%)

²⁴ Despesas primárias, também conhecidas como despesas não financeiras, correspondem ao conjunto de gastos que possibilita a oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas as despesas financeiras. São exemplos, os gastos com pessoal, custeio e investimento. Tais gastos podem ser de natureza obrigatória ou discricionária.



ATUAÇÃO

Estado e Defesa

Papel da Defesa Nacional

Estratégia Nacional de Defesa

Política Nacional de Defesa

Livro Branco de Defesa Nacional

Forças Armadas e EMCFA

ESTADO E DEFESA

Livro Branco de Defesa Nacional



O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) é o mais completo e acabado documento acerca das atividades de defesa do Brasil. Abrangente, visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania.

[Clique aqui para abrir o Manual de Navegação do Livro \(PDF\).](#)

[Clique aqui para visualizar o Livro em página única \(PDF\).](#)

Força Aérea Brasileira



A **Força Aérea Brasileira (FAB)** teve suas origens nas aviações da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro. Em 1916, a Marinha fundou a Escola de Aviação Naval, na ilha das Enxadas, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1919, o Exército criou a Escola de Aviação Militar, sediada no Campo dos Afonsos, na mesma cidade.

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, foi criado o Ministério da Aeronáutica¹, nascido da união dos meios aéreos e recursos humanos do Exército, da Marinha e do Departamento de Aviação Civil. Seu braço armado foi denominado, inicialmente, Forças Aéreas Nacionais e, em junho do mesmo ano, passou a chamar-se Força Aérea Brasileira.

Releva mencionar que, em 1932, do Campo dos Afonsos, partiu o primeiro voo do Correto Aéreo Militar (CAM), serviço que deu lugar ao atual **Correto Aéreo Nacional (CAN)**, de enorme importância para a integração nacional.



Aeronave A-1

Clique no ícone ao lado para assistir ao vídeo "70 anos de Força Aérea Brasileira"



¹O primeiro ministro da Aeronáutica foi o jurista e político, sr. Joaquim Pedro Salgado Filho.

A Força Aérea teve seu batismo de fogo durante a Segunda Guerra Mundial, no Atlântico Sul e, na Europa, combateu nos céus da Itália, ao lado dos aliados.

Com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, o Ministério das Forças Armadas foi transformado no Comando da Aeronáutica (COMAER).

Os desafios a serem enfrentados pela Força Aérea Brasileira do espaço aéreo a ser vigiado, controlado e defendido em diversas dimensões para a atuação da Força, que deverá ser capaz de:

Missão

Cabe à Força Aérea, manter a soberania e a integridade do espaço aéreo brasileiro para a prática de atos humanitários, controle e defesa do espaço aéreo.

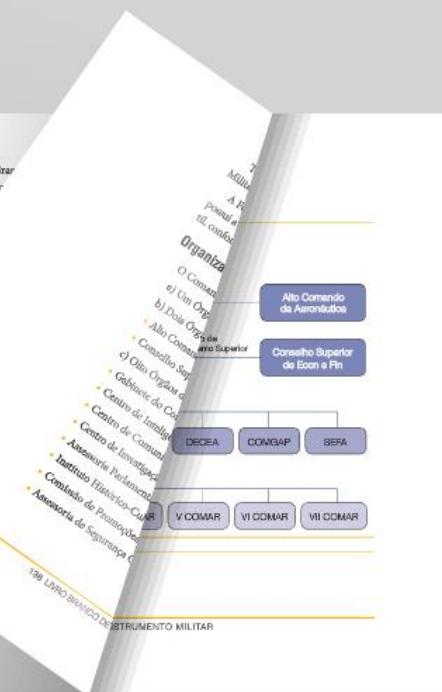
São atribuições subsidiárias partir:

- prover a segurança da navegação;
- estabelecer, equipar e operar o Correto Aéreo;
- operar com os aeródromos de apoio às atividades de controle do espaço aéreo;
- preservar as competências de controle do espaço aéreo, tráfico de drogas, armas, munições.

Para o desempenho desta última atribuição, a Força Aérea poderá revistar pessoas, veículos terrestres, embarcações, aeronaves e objetos em trânsito no espaço aéreo brasileiro.



Clique no ícone ao lado para assistir ao vídeo "70 anos de Força Aérea Brasileira"



12 34 52 74 39 81 04 00 12 39 79 35 75 12 83 45 56 72 01 29



MINISTÉRIO DA
DEFESA

defesa.gov.br



MINISTÉRIO DA
DEFESA

defesa.gov.br